

JOÃO BATISTA PAMPLONA
CAIO DINIZ ALVES

O IGUALITARISMO EM ADAM SMITH: UMA INTERPRETAÇÃO COM BASE NA CONTROVÉRSIA ENTRE RECONSTRUÇÃO HISTÓRICA E RECONSTRUÇÃO RACIONAL

Recebido em 22/07/2020

Aprovado em 16/12/2020

O IGUALITARISMO EM ADAM SMITH: UMA INTERPRETAÇÃO COM BASE NA CONTROVÉRSIA ENTRE RECONSTRUÇÃO HISTÓRICA E RECONSTRUÇÃO RACIONAL

**JOÃO BATISTA
PAMPLONA**

Professor Associado do Departamento de Economia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC - SP). Professor do Programa de Pós-Graduação em Economia Política da PUC - SP. Professor do Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS).

Email: pamplona@pucsp.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6799-2476>

CAIO DINIZ ALVES

Economista graduado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC - SP). Mestrando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do ABC (UFABC).

E-mail: diniz_caio@hotmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3606-2249>

Resumo

O objetivo central deste artigo é verificar se a nova literatura a respeito da obra de Adam Smith oferece fundamentos ou não para afirmar que o autor foi um igualitarista ou, pelo menos, se há traços de igualitarismo em sua obra. O procedimento de pesquisa utilizado consiste na análise crítica da literatura internacional, especialmente daquela relacionada à chamada “nova onda de interpretação de Adam Smith” e a seus críticos. Uma grande atenção é atribuída às diferentes abordagens metodológicas das interpretações, caracterizadas pela reconstrução histórica e pela reconstrução racional. De fato, há traços igualitaristas em Smith, mas esses não parecem justificar a afirmação de que Adam Smith é um defensor do igualitarismo, pelo menos não o tipo de igualitarismo (mais próximo da tradição marxista) que envolve a igualdade na distribuição da riqueza; pode-se dizer que foi, mais exatamente, um partidário do igualitarismo normativo, de natureza moral.

Palavras-chave: Adam Smith; igualitarismo; reconstrução histórica; reconstrução racional; história do pensamento econômico.

Abstract

The main objective of this article is to verify whether the new literature on the work of Adam Smith offers grounds or not to affirm that the author was an egalitarian or at least if there are traces of egalitarianism in his work. The research procedure consists of a critical analysis of international literature, especially that related to the so-called “new wave of interpretation of Adam Smith” and its critics. Great attention is paid to the different methodological approaches to interpretations, characterized by historical reconstruction and rational reconstruction. Indeed, there are egalitarian traits in Smith, but these do not seem to justify the claim that Adam Smith was an advocate of egalitarianism, at least not the kind of egalitarianism (closer to the Marxist tradition) that involves equality in the distribution of wealth; it can be said he was, more exactly, a supporter of normative egalitarianism, of a moral nature.

Keywords: Adam Smith; egalitarianism; historical reconstruction; rational reconstruction; History of Economic Thought

I. Introdução

Adam Smith é amplamente conhecido como autor de *A riqueza das nações*, defensor do livre mercado e patrono da ciência econômica. Entretanto, no século XVIII as ciências não estavam delimitadas da maneira como estão hoje e era comum, nesse período, que pensadores se dedicassem a diferentes ramos científicos. Smith não foi diferente: antes de publicar sua teoria econômica, já havia publicado outra obra sobre teoria moral, intitulada *Teoria dos sentimentos morais*. Mas sabe-se que o autor foi além. Nos últimos anos de sua vida, ele estava empenhado em duas outras obras: uma sobre a história da literatura, filosofia e eloquência, e outra sobre jurisprudência, ambas nunca concluídas¹.

Nos anos 1970, todo esse material, junto com a obra publicada em vida por Smith, foi reunido numa coleção intitulada *Glasgow Edition of Adam Smith's Works and Correspondence*. Com o lançamento dessa coleção, mais o aniversário de duzentos anos de *A riqueza das nações*, a literatura acadêmica sobre Smith ganhou um novo impulso, surgindo um movimento novo de releitura, que procurava situar a obra de Smith no seu contexto histórico e analisá-la como um todo integrado e não como partes isoladas.

Passou-se então a questionar se o conteúdo da sua teoria moral não estaria incluído em sua economia política. Assim, uma série de novos aspectos do seu pensamento foram levantados, enquanto outros já bem estabelecidos pela tradição passaram a ser questionados. Como decorrência desse movimento, surgiu um grupo de autores, ao qual pertencem Samuel Fleischacker (2013) e Iain McLean (2006), que passou a defender que havia traços igualitaristas na obra de Smith, ou mesmo a defender o próprio Smith como um pensador igualitarista e até mesmo radicalmente igualitarista. Por outro lado, outros autores, como Vivienne Brown (1994, 1997, 2003) e D. D.

¹ Foram descobertas notas de ex-alunos de Smith referentes a tais obras, que acabaram sendo publicadas com os seguintes nomes: *Lectures on Rhetoric and Belles Lettres*, *Lectures on Justice, Police, Revenue and Arms* e *Lectures on Jurisprudence* (BROWN, 1997).

Raphael (2007), pertencentes à nova onda de reinterpretação, passaram a questionar os fundamentos de tais interpretações. D. D. Raphael foi mais longe, negando a existência de um Smith igualitarista. Há, ainda, um terceiro grupo de autores, como Stephen Darwall (1999, 2004, 2010), que reconhece aspectos tanto igualitaristas como anti-igualitaristas em Smith.

Segundo Brown (1997), é comum que a história do pensamento, de tempos em tempos, seja atormentada por dúvidas e inseguranças metodológicas, e a ciência econômica não foge a isso. Assim, podemos dizer que há dois campos de interpretação quanto ao pensamento de Smith: um desses emprega a metodologia que ficou conhecida como “reconstrução racional”, “internalismo” ou “*whig history*”; já a outra é caracterizada pelo o que ficou conhecido como a metodologia da “reconstrução histórica”, “externalismo” ou “historicismo”. A reconstrução racional busca analisar os autores do passado como se fizessem parte de uma discussão trans-histórica pela busca da verdade, e isso faz com que eles sejam julgados de acordo com os padrões acadêmicos do presente. Já a reconstrução histórica busca levar em conta o contexto histórico e as pretensões do autor ao publicar sua obra.

No geral, pode-se inferir que a ortodoxia econômica adota a reconstrução racional, e que a nova onda de reinterpretação de Smith está basicamente fundamentada na reconstrução histórica. Os autores que adotam a metodologia da reconstrução racional não aceitam, de forma geral, os resultados fornecidos por essas novas interpretações, porque, para eles, todo o passado da teoria econômica que possuía algo de útil já teria sido incorporado ao atual paradigma da ciência. Por outro lado, não se pode minimizar a realidade complexa dos fatos e ideias ao longo do tempo, logo, não seria surpresa se a história do pensamento econômico estivesse cheia de descobertas interessantes de visões que foram esquecidos ou mal interpretadas.

Assim, diante da importância das ideias de Adam Smith para o pensamento econômico, considerado por muitos como o autor que levou à gênese da ciência econômica, torna-se relevante investigar ideias centrais da economia política presentes na obra smithiana, tal como a presença ou não do

igualitarismo. Tal questão poderia impulsionar uma reflexão geral dos rumos a que a ciência econômica *mainstream* tomou e talvez até propiciar algum reordenamento, já que a defesa do livre mercado, por Smith, poderia estar sujeita a princípios anteriores, sem os quais ela poderia deixar de fazer sentido.

Além do mais, não se pode esquecer que a história em geral, e a história do pensamento em particular, são recursos para fazer do passado uma maneira de resolver disputas do presente. Procurar igualitarismo em um autor da envergadura de Adam Smith não deixa de ser uma forma de responder às crescentes desigualdades do capitalismo globalizado de nosso tempo.

Dessa maneira, o objetivo central deste artigo consiste em verificar se a nova literatura a respeito da obra de Adam Smith, confrontada com seus críticos e com as principais obras de Smith em si, fornece fundamentos para afirmar que o autor foi um igualitarista ou não, ou, pelo menos, se há traços de igualitarismo em sua obra. Como objetivos secundários, busca-se identificar e confrontar as principais características dos métodos de abordagem empregados para as interpretações do igualitarismo em Adam Smith.

O procedimento de pesquisa empregado neste artigo consiste na análise crítica da literatura internacional, especialmente aquela relacionada à chamada “nova onda de interpretação de Adam Smith” e a seus críticos. Quanto ao trabalho do próprio Smith, são utilizadas *A riqueza das nações* e *Teoria dos sentimentos morais*, ficando as obras publicadas após a morte de Smith apenas como consulta indireta, feita por meio do texto de outros autores. Uma grande atenção é atribuída às diferentes abordagens metodológicas das interpretações, buscando realizar exame crítico da relação entre os seus fundamentos e os resultados obtidos, o que representa uma contribuição para as pesquisas em geral no campo da história do pensamento econômico. Esclarecidas as bases metodológicas, são levantados e confrontados os argumentos dos autores que defendem o igualitarismo em Smith com os dos autores que negam tal qualificação, bem como com os daqueles para os quais a própria questão – há ou não igualitarismo em Adam Smith – não faz sentido ou não tem relevância devido ao método de abordagem que eles adotam.

2. A abordagem da reconstrução histórica

Quando se trata de investigações no campo da história do pensamento econômico, a tarefa é sempre problemática e complexa, por isso parece muito oportuno refletir acerca das seguintes questões levantadas por Mark Blaug: como justificar a história do pensamento econômico como uma especialidade dentro do largo campo de estudos da economia? Qual tipo de história dever-se-ia escrever? E por fim, dever-se-ia de fato descobrir o que os grandes economistas do passado realmente disseram, ou o que eles realmente quiseram dizer, ou quais eram suas intenções? Historiadores do pensamento econômico frequentemente discordam quanto às respostas para essas questões, inclusive, tal discordância não é algo exclusivo dos economistas, estando presente também em outras áreas da ciência (BLAUG, 1990). Na ciência econômica, há dois importantes e distintos métodos de abordagem que procuram dar respostas a essas questões: a abordagem da reconstrução histórica e a abordagem da reconstrução racional. Vamos iniciar nossa busca pelo igualitarismo em Adam Smith por meio dos autores que utilizam a primeira abordagem.

Para Recktenwald (1978), os novos estudos sobre Adam Smith podem ser caracterizados por quatro principais aspectos de interesse: (I) a busca por ver a obra de Smith como um todo integrado, negando a existência do “*Adam Smith problem*”²; (II) a teoria econômica pura de Smith, tarefa realizada, principalmente, por Paul Samuelson e Samuel Hollander nos seus estudos de fluxo circular e de crescimento; (III) o uso da teoria social e histórica de Smith como pano de fundo para sua teoria econômica; e, por fim, (IV) entender o papel do Estado e das instituições políticas na economia segundo a teoria smithiana. Com exceção do segundo aspecto, todos os outros decorrem do emprego da metodologia da reconstrução histórica que tem como principais

² Segundo Richard Teichgraber III (1981), a expressão “*Das Adam Smith problem*” e a questão que ela representa teriam nascido nas últimas décadas do século XIX entre acadêmicos alemães, e consistiria na inconsistência entre algumas premissas apresentadas na *Teoria dos sentimentos morais* e em *A riqueza das nações*.

objetivos levar em conta o contexto histórico da obra interpretada, buscar as intenções do autor ao publicá-la e interpretá-la como um sistema único.

Assim, no caso das investigações acerca de Adam Smith, os novos estudos passaram, ao contrário das leituras tradicionais, a tentar compreender os princípios expostos em *Teoria dos sentimentos morais* e *A riqueza das nações* como complementares. É curioso que Smith não faça referência em *A riqueza das nações* a *Teoria dos sentimentos morais* ou vice-versa, já que ambas foram revisadas em vida pelo autor, o que acaba passando a impressão de que as diferentes obras são sistemas isolados. Entretanto, Smith também não demonstrou que pudesse haver contradições entre as duas ou que ele tivesse passado por uma mudança radical no núcleo de sua posição filosófica a ponto de culminar nisso (CERQUEIRA, 2005). E, de fato, parece que hoje tal problemática já foi superada, como afirma Vivienne Brown:

Um tema recorrente na literatura é a relação entre a filosofia moral de Smith e sua ciência econômica. Um aspecto do tão falado “*Adam Smith problem*”, ou a problemática sobre a consistência entre *Teoria dos sentimentos morais* e *A riqueza das nações* na consideração sobre o lugar do autointeresse, do papel da providência e das pressuposições religiosas. O consenso, agora, é que o “*Adam Smith problem*” é um falso problema, baseado numa interpretação errônea, e que não há nenhuma contradição, por exemplo, entre a análise do autointeresse nos dois livros, mas a questão da relação entre os dois textos continua atraindo atenção. (BROWN, 1997, p. 297; tradução nossa)³

No entanto, não há um consenso sobre a maneira como as duas obras devem ser integradas. Para a análise tradicional – baseada na reconstrução racional –, os economistas devem deixar de lado questões políticas e morais, pois esses seriam temas pertencentes a outros campos de estudo. Porém, para a reconstrução histórica, a interdisciplinaridade passa a ser um

³“A recurring theme in the literature is the relation between Smith’s moral philosophy and economics. One aspect of this is so-called ‘Adam Smith problem’, or the question of consistency of TMS and WN regarding the place of self-interest, the role of providence and the religious presuppositions. The consensus now is that the Adam Smith problem is a false problem based on faulty exegesis and that there is no contradiction, for example, between the analysis of self-interest in the two books, but the issue of the relation between the two texts still attracts interest”.

aspecto relevante – a teoria moral tem importância diante da análise econômica –, mas, ainda assim, não há um consenso de como isso deve ser feito. O que ajuda a entender parte da heterogeneidade das leituras de Smith baseadas na reconstrução histórica, apesar de não ser a única causa. Assim, Brown classifica as releituras em diferentes posições quanto à relação feita entre a filosofia moral e a teoria econômica de Smith, porém, quanto à problemática do igualitarismo em Smith, apenas duas dessas se tornam fonte de maior interesse.

Uma delas defende Smith como um economista moral, com uma visão ética da economia, em que o mercado competitivo, de certa maneira, facilitaria o desabrochar de alguns valores morais. Portanto, haveria uma coerência entre o interesse projetado pela ordem econômica capitalista e os valores morais que seriam os sustentáculos da sociedade. Já a outra posição defende o Smith como um filósofo moral que se tornou economista, possuindo uma agenda positiva em promover a eficiência econômica, mas que também estava preocupado com as fundações morais da ordem econômica (*ibidem*). Os autores que admitem a existência de um Smith igualitarista transitam entre essas duas posições, porque um dos fundamentos para a defesa do igualitarismo em Smith, inclusive o principal, está na teoria moral de Smith – em como as pessoas são iguais perante o espectador imparcial. Entretanto, os autores que não identificam igualitarismo em Smith, no geral, também se enquadram entre essas duas posições. Portanto, o uso da abordagem da reconstrução histórica e a maneira de integrar a filosofia moral e a teoria econômica de Smith não são suficientes para separar os autores que identificam igualitarismo daqueles que não identificam.

Há ainda duas dificuldades em relação à reconstrução histórica – que inclusive são levantadas por autores que adotam essa mesma metodologia – que merecem ser citadas: o fato de economistas trabalharem com temas não pertencentes diretamente à ciência econômica e a real possibilidade de se recuperar as intenções do autor ao escrever. Para D. D. Raphael (2007), parte dos problemas relacionados à interpretação de Adam Smith decorre do

fato de muitos comentadores da *Teoria dos sentimentos morais* serem apenas economistas, sem formação em filosofia e ética, os quais, por sua vez, analisaram-na apenas com o intuito de achar algo relevante quanto à *A riqueza das nações*, o que levou alguns a serem descuidados quanto à edição da *Teoria dos sentimentos morais* que estava sendo usada, algo que pode ter influenciado e ajudado a criar distorções na interpretação. Quanto à busca pelas intenções, vale dizer que, no geral, faz parte do senso comum acreditar que a leitura de uma obra seja suficiente para ter acesso ao significado que o autor quis de fato transmitir, mas a reconstrução histórica, por meio da procura das reais intenções do autor, vai questionar essa crença do senso comum.

A noção de “intenção”, na realidade, é um objeto de intenso debate no mundo literário e filosófico. Entretanto, um ponto curioso é que o interpretador não parte de uma clara afirmação do autor quanto às suas intenções para defender uma determinada posição. Assim, o interpretador acaba se tornando a autoridade final com respeito ao que o autor quis dizer, o que parece ser um tanto quanto suspeito, porque, às vezes, nem mesmo o autor tem conhecimento de todas as suas reais intenções ao escrever. Para Brown (2003), a dificuldade dessa busca é dupla. Primeiro, há a questão da evidência de quais eram essas intenções. Se tal evidência não existir independentemente das interpretações das obras e outros documentos relacionados, então não haverá evidência, de fato, independente. Segundo, imputar intenções particulares ao autor com base em uma interpretação das obras pode envolver uma reconstrução interpretativa das intenções do autor, que o autor como agente histórico, muitas vezes inconsciente, poderia não ter consentido se fossem a ele expostas. Brown (2003, p. 546) explicita seu ceticismo em relação à possibilidade de descobrir a real intenção de um autor do passado ao argumentar que o que resta de tais alegações de descoberta ou recuperação das intenções do autor equivale a um simples gesto retórico (“*rhetorical gesture*”), no sentido de ser apenas persuasivo.

Respondendo as questões levantadas por Blaug, a abordagem da reconstrução histórica defende que há espaço na ciência econômica para a história

do pensamento econômico e que a maneira com que tal disciplina deve ser realizada é a descrita pelo próprio método – levar em conta toda a obra do autor, assim como o seu contexto, e buscar suas “reais intenções” ao escrever. No entanto, quanto à busca pelas “reais intenções”, enfatiza-se que não há consenso entre os autores que usam a abordagem da reconstrução histórica acerca de sua efetiva possibilidade. Assim, é inegável que essa abordagem possui relevantes pretensões, mas essas não estão imunes a alguma fragilidade⁴.

2.1. Origem da discussão do igualitarismo em Smith e a imagem do pensador ao longo do tempo

Um dos pilares centrais de reconstrução histórica consiste na contextualização histórica da obra analisada e é exatamente quanto a esse aspecto que surge a dúvida quanto à real imagem de Smith em sua época e a mudança que essa poderia ter sofrido ao longo do tempo, o que acaba dando origem à discussão do igualitarismo em Smith. Segundo Fleischacker (2013), a tendência de associar Smith com o igualitarismo na literatura recente surgiu com o artigo de Emma Rothschild, intitulado *Adam Smith and Conservative Economics* (ROTHSCHILD, 1992), no qual a autora argumenta que Smith tem sido erroneamente visto como oponente da provisão aos pobres pelo Estado e que isso se daria por causa de Dugald Stewart. Curiosamente, após tal artigo, um número razoável de autores apareceu apresentando Smith como mais próximo aos igualitaristas da Revolução Francesa e de

⁴ Como já tinha sido apontando, a noção de “intenção do autor” é objeto de grande debate no mundo literário e filosófico. Este artigo não comporta a extensão de tal debate. De qualquer forma, é importante ressaltar a contribuição de Antonio Candido como consistente resposta, ao não colocar a questão em termos de “real intenção do autor”. Na interpretação de uma obra, deve-se, segundo Candido (2006), levar em conta sua integralidade. Considera-se tanto a ideia de que ela é explicada por fatores externos quanto a de que sua estrutura é virtualmente independente (“existe em si e por si”). Ambas são momentos necessários, e se combinam no processo interpretativo. Para Candido (2006), o elemento externo, o social, é parte da estrutura da obra (torna-se interno), não é causa ou significado. Fundem-se texto e contexto. Há relação dialética entre texto e contexto. “Isto quer dizer que o escritor, numa determinada sociedade, é não apenas o *indivíduo* capaz de exprimir a sua originalidade [...], mas alguém desempenhando um *papel social* [...]. A matéria e a forma de sua obra dependerão em parte da tensão entre veleidades profundas e consonância ao meio, caracterizando um diálogo mais ou menos vivo entre criador e público.” (CANDIDO, 2006, pp. 83-84; grifos do autor).

seus sucessores socialistas do que seria de se imaginar. Segundo a própria Rothschild (1992), o pensamento do autor teria passado por três diferentes rótulos ou renomes: (I) como um dos inspiradores da revolução francesa e como promotor de inconvenientes discussões populares; (II) o relacionado à imagem promovida pelo seu biógrafo Dugald Stewart, que buscou defender sua reputação conservadora e redefinir sua visão de liberdade; e (III) o do Smith convocado como um filósofo conservador, mas preocupado com a fome e as políticas salariais.

Para Milgate e Stimson (1996), a imagem de Smith como arquiteto do liberalismo econômico e advogado dos benefícios da competição não regulada pode ser bem problemática. Assim, a atual imagem de Smith pode realmente estar bem distante da inicial, porque estaríamos focando em alguns aspectos específicos do seu pensamento, deixando outros de lado. Os autores sugerem que a imagem de Smith pode ter sido afastada do seu ser verdadeiro por questões ideológicas. Apesar da ideia de um Smith igualitarista poder parecer estranha à grande maioria, formada pela interpretação corrente (dominante) da tradição econômica, tal imagem, segundo Fleischacker (2013), era frequentemente atrelada ao autor nas primeiras décadas após o lançamento da sua obra.

De fato, apesar do apreço por Smith ser frequentemente mostrado por ativistas e escritores que se opõem aos programas políticos igualitários, a sugestão de que as ideias de Smith ajudam tais programas tem uma longa história. [...]. Na verdade, até pelo menos uma ou duas décadas após a Revolução Francesa, pareceu justo falar de um “Smith de esquerda”, assim como de um “Smith de direita” em relação a sua linha de pensamento, uma tradição que reivindicou o trabalho de Smith em nome da igualdade de todos os seres humanos, e conseqüentemente a necessidade de melhorar as condições daqueles de inferiores condições sociais e econômicas, da mesma maneira como uma tradição que o reivindicava para a ideia de livre expansão da indústria, e para a concepção de política na qual liberdade

quase sempre triunfa sobre a igualdade. (FLEISCHACKER, 2013, p. 485; tradução nossa)⁵

Segundo Rothschild, os princípios defendidos por Smith no final do século XVIII eram vistos como algo que levava à revolta. A Escócia por si mesma era vista como à beira de uma rebelião. As ideias de Smith eram vistas como inspiradoras da discussão popular e do descontentamento com o governo inglês. Smith era considerado, por alguns, como herói da juventude liberal de Edinburgh, porém, por outros, inclusive antigos admiradores, como objeto de profunda suspeita (ROTHSCHILD, 1992).

Porém, segundo Teichgraeber III (1987), o próprio Adam Smith não haveria tentado promover debates a respeito dos princípios econômicos expostos em *A riqueza das nações* enquanto ainda estava vivo. As ideias de Smith não teriam sido bem recebidas entre os parlamentares das últimas décadas do século XVIII, mas sim encontrado algum tipo de indiferença e hostilidade, tanto entre os membros da Câmara dos Lordes, quanto os da Câmara dos Comuns. Assim, apesar da rápida venda da primeira edição de *A riqueza das nações* e até de uma certa calorosa recepção, sua importância inicial mantém-se pouco clara. Demorou dois anos para que uma nova edição fosse lançada e a maioria das *reviews* sobre a obra acabou se mostrando genérica e superficial, o que indica que o texto foi muito pouco seriamente lido até as duas primeiras décadas do século XIX. Um dos motivos para isso pode estar no fato de os leitores terem se sentido desafiados pelo tamanho e complexidade da obra. No entanto, Rashid (1982) destaca que a popularização do pensamento smithiano e a ideia de livre mercado podem estar atreladas à superioridade industrial inglesa, que só se manifestou mais claramente a partir de 1800 e por isso só a partir de então suas ideias ganharam maior proeminência.

⁵ “Indeed, despite the fondness for Smith often shown by activists and writers who oppose egalitarian political programmes, the suggestion that Smith’s ideas help make the case for such programmes has a long history. [...] Indeed, until at least a decade or two after the French Revolution, it seems fair to speak of a “left-Smithian” as well as a “right-Smithian” stream of thought, a tradition that claimed Smith’s work on behalf of the equality of all human being, and consequent need to improve the condition of those of inferior social and economic conditions, as well as tradition that claimed him for the unfettered expansion of industry, and for a conception of politics in which liberty must always trump equality”.

Desta maneira, entende-se o porquê da morte de Smith não ter causado grande repercussão na Inglaterra, nem mesmo na Escócia, na época. Segundo Rothschild (1992), em *The Times* houve apenas um debochado comentário fazendo referência à amizade de Smith com Hume; já num segundo, havia apenas uma consideração a respeito da irreligiosidade de Smith e a sua relação com franceses. Em *The Gentleman's Magazine* houve apenas uma citação dizendo que *A riqueza das nações* havia sido cotada no parlamento e na assembleia francesa e que a obra teria de alguma maneira contribuído para que o espírito de liberdade prevalecesse na França. Já na França, a perda de Smith teria sido muito mais profundamente sentida – o *Moniteur Universel* publicou que a Europa perdia o seu mais famoso filósofo.

Smith só se livraria do seu primeiro rótulo (“amigo da revolução francesa”) posteriormente, e o principal responsável por isso seria Dugald Stewart, principalmente devido a sua biografia sobre Smith, *Account of the Life and Writings of Adam Smith* (STEWART, 1857), considerada um dos trabalhos biográficos mais importantes sobre Smith. Segundo Rothschild (1992), Stewart afirma que essa biografia deveria ser vista como uma defesa de Smith contra o que seria o “terror dos tempos”, a Revolução Francesa. Já em 1810, Stewart afirmou que o que ele estava combatendo era a tendência que existia na época de confundir a economia política com as discussões que haviam a respeito dos princípios que deveriam reger os governos e estavam agitando as mentes públicas. Para Stewart, citado por Rothschild (1992), a imagem que se atribuía a Smith era injusta, porque o verdadeiro Smith era um sóbrio filósofo público e não o homem que em conversas particulares e informais falava a respeito de preconceitos religiosos e de temas que estavam na pauta de Voltaire. Stewart (1857) defendeu que a economia política era uma ciência preocupada apenas com um objeto comercial (“*freedom of trade e industry*”) e que a questão da igualdade era algo restrito ao campo da política.

Entretanto, a interferência de Stewart quanto à imagem de Smith foi além, chegando à própria teoria econômica. Milgate e Stimson (1996) afirmam que

tais alterações foram necessárias para defender o liberalismo econômico e apontar a prioridade da ciência econômica frente à política. Para isso, Stewart utilizou duas estratégias: realizar “*smithian corrections*” ao próprio Smith e fazer “*smithian extensions*” da teoria já existente. Tais mudanças podem ser bem claras, principalmente quanto à teoria monetária, em que Stewart se afasta bastante do exposto em *A riqueza das nações*. Cabe ressaltar que aqui não se busca avaliar se houve avanço ou não na teoria econômica, apenas que a mudança foi realizada. Stewart também se afasta de Smith em relação à lista de necessidades de despesas do Estado, na qual Smith havia feito uma divisão em quatro categorias: (I) defesa nacional; (II) administração da justiça; (III) funcionários e educação pública; e (IV) conservação da dignidade do soberano. Stewart retira todas as referências aos gastos com educação e adiciona uma nova categoria de suporte às instituições religiosas. Por fim, Stewart dá diferente explicação para a necessidade dos gastos públicos. Para Smith, a necessidade justificar-se-ia devido aos quatro estágios de progresso da sociedade⁶, em que apenas no último estágio, o da sociedade comercial, o Estado teria que realizar algumas funções. Entretanto, Stewart omite isso na sua biografia de Smith, e diz que tais gastos são consequência da existência da sociedade política.

Stewart realizou um importante papel na criação e definição da comunidade científica de economistas, no entanto, para isso, ele negou qualquer pretensão que os economistas poderiam ter quanto ao *political design*. Nisso se torna evidente o papel da discussão de Stewart com os fisiocratas. Para ele, esses haviam unido o discurso econômico do livre mercado com a filosofia política do despotismo. Logo, para legitimar a nova ciência, precisava-se demonstrar que o liberalismo econômico dos fisiocratas não possui relação com a “política liberal” desses associada aos novos arranjos institucionais

⁶ Cada estágio remete a uma forma de produção, porém, as características descritas por Smith para cada etapa do desenvolvimento humano vão além da maneira pela qual os homens adquirem a sua sobrevivência, e englobam múltiplos fatores, como a amplitude da propriedade, as leis, o governo e a forma de diversas instituições sociais. Na teoria dos quatro estágios, a sociedade passaria sucessivamente por quatro etapas representadas pela forma de produção predominante: caça, pastoreio, agricultura e comércio (MARCHEVSKY, 2017).

do Estado. De uma certa maneira, Stewart buscou lidar com a urgência que o contexto histórico reclamava, o medo de que os planos da Revolução Francesa chegassem à Grã-Bretanha. Assim, ao retirar a preocupação quanto às formas de governo do interesse econômico, Stewart, talvez pouco consciente, ajudou a modelar a disciplina ainda prematura de Adam Smith, que pouco a pouco foi cada vez mais buscando independência de qualquer outro campo do conhecimento (MILGATE & STIMSON, 1996).

2.2. Os argumentos para o Smith igualitarista

No geral, a defesa do igualitarismo sustenta-se sobre a relação entre o espectador imparcial e o julgamento moral. No entanto, também há alguns outros pontos concernentes às políticas públicas e ao papel do Estado na economia. Para McLean (2006), a obra de Smith é tão importante, que oferece bases para pensadores e políticos de todas as inclinações, tanto liberais conservadores, quanto marxistas. Isso porque Smith seria um liberal não só com relação à economia, mas também um liberal do ponto de vista social. O liberalismo econômico está preocupado com a não interferência nos mercados e a eficiência econômica, já o liberalismo social defende que as pessoas devem ser livres para tomar suas escolhas de acordo com suas vontades, desde que essas não impliquem em danos para as outras, e garantido um certo nível de igualdade (bens públicos). Apesar desses dois tipos de liberalismo serem relacionados, um não necessariamente implica o outro – há liberais econômicos que são conservadores sociais e liberais sociais que não são liberais econômicos. Assim, para McLean (2006), Smith pôde influenciar não apenas a corrente ortodoxa da Ciência Econômica, mas também austríacos e marxistas. Essa característica do pensamento de Smith pôde dar abertura para que sua obra fosse interpretada sob diferentes óticas do pensamento, como se Smith tivesse precedido todas.

McLean (2006) destaca ainda que apesar da apreciação que Smith tinha pelo mercado e seus mecanismos de autoajuste, ele reconhecia que esse podia falhar quanto a duas situações: quando os agentes conseguem

combinar suas ações, formando um conluio e resultando em agentes com poder de mercado; e quando por meio do mercado não se alcança a melhor alocação dos recursos, devido à existência de bens públicos. Ainda segundo McLean (2006), Smith não seria contrário a uma tributação progressiva: “Eu argumentei anteriormente que as máximas de Smith sobre tributação sustentam tanto o imposto progressivo quanto a redistribuição. Em ambos os sentidos é justo ver algo como ‘justiça’, isto é, ‘igualdade’, assim como ‘empresa’, isto é, ‘eficiência’” (MCLEAN, 2006, p. 140; tradução nossa).⁷

De fato, é difícil acreditar que Smith fosse contra alguma legislação sobre salário mínimo, considerando seus comentários pró-trabalhadores, assim como não é possível afirmar que ele era contra algum tipo de ensino público: “[...] as despesas com instituições destinadas à educação e à instrução religiosa são benéficas para toda a sociedade, podendo, portanto, sem injustiça, ser cobertas com a contribuição geral da sociedade” (SMITH, 1983, v. 2, p. 238).

Segundo McLean (2006), para Smith, a igualdade que mais importa é a relacionada ao julgamento moral, inclusive mais que a política. Na *Teoria dos Sentimentos Morais* é que estaria seu apelo ao igualitarismo que poderia ser atrativo para pensadores e políticos de esquerda: “[...] sentir muito pelos outros e pouco por nós mesmos, restringir nossos afetos egoístas e cultivar os benevolentes, constitui a perfeição da natureza humana” (SMITH, 2019, p. 26). Para McLean, o mais verdadeiro dos Smith – a visão que estaria mais próxima da sua obra como um todo – seria o radical (no sentido de progressista).

Dizer que Adam Smith foi um homem da esquerda no seu próprio tempo é um anacronismo. Os termos “esquerda” e “direita” em seus sentidos políticos datam da Revolução Francesa [...]. Mas nós podemos falar de conservadorismo e radicalismo no pensamento do século XVIII, e classificar

⁷“I argued earlier that Smith’s maxims of taxation warrant both progressive taxation and redistribution. In both of those senses it is fair to see him as a ‘fairness’, that is ‘equity’, as well as an ‘enterprise’, that is ‘efficiency’”.

Smith sem hesitação como um radical. (MCLEAN, 2006, p. 139; tradução nossa)

Fleischacker (2013), assim como Mclean (2006), atenta-se tanto à questão da igualdade no pensamento de Smith quanto à sua filosofia moral, porém dá maior ênfase a esse último ponto. O critério adequado para o julgamento moral estaria no espectador imparcial. Ao nos projetar na situação do outro, nós buscaríamos o sentimento que o espectador imparcial sentiria no lugar dessa outra pessoa. Logo, a ideia de que podemos e devemos considerar a perspectiva alheia pressupõe que não nos enxerguemos como melhor do que o outro, o que nos permitiria ver o interesse das outras pessoas com igual valor ao nosso.

[...] para as paixões egoístas e originárias da natureza humana, a perda ou o ganho de um exíguo interesse particular se mostra de importância muito mais ampla, suscita uma alegria ou dor muito mais apaixonada, um desejo ou aversão muito mais ardente, do que a maior preocupação de outrem, com quem não temos nenhuma relação específica. [...] Antes de fazer uma comparação apropriada entre esses interesses opostos, devemos mudar nossa posição. Não podemos vê-los de nosso lugar, nem tampouco do dele nem com nossos olhos, nem, todavia, com os dele. *É preciso vê-los do local e com os olhos de uma terceira pessoa*, que não tenha nenhuma relação particular com algum de nós, e que nos julgue com imparcialidade. (SMITH, 2019, p. 164; grifos nossos)

Assim, só é possível tomar uma posição imparcial para realizar o julgamento moral quando se passa a ver os outros como iguais, quando verificamos que nossa presunção foi revista e assim percebemos que somos apenas mais um na multidão, sem possuir nada de melhor que os outros. Smith afirma que a maioria das vezes que grandes erros morais são cometidos, esses ocorrem por alguém se julgar superior em relação aos outros. Por isso, mesmo pequenos atos de injustiça parecem merecer alguma punição, não pela

⁸ “To say that Adam Smith was a man of the Left in his own time is anachronistic. The words ‘left’ and ‘right’ in their political sense date back only to the French Revolution [...]. But we can talk about conservatism and radicalism in eighteenth-century thought, and class Smith without hesitation as a radical”.

perda material, mas porque este ato, de alguma forma, indica que o agente vê a vítima como menos digna do que ele próprio (FLEISCHACKER, 2013).

Um ponto problemático para os defensores de um Smith igualitarista estaria no fato de Smith dar a entender que apenas poucas pessoas seriam capazes de viver uma vida virtuosa, segundo Fleischacker (2013). No entanto, o autor contorna o problema argumentando que, para Smith, as pessoas que seriam a mais dignas de serem admiradas são exatamente as que tendem a ver as outras como iguais, isso porque essas buscariam tanto viver o ideal de humanidade dentro de si, que acabariam agindo de maneira mais humilde do que as outras. Elas seriam superiores, em boa parte, exatamente por não considerarem a si mesmas como superiores; ao buscarem ver o mundo através do espectador imparcial, veriam a verdadeira pequenez de si mesmas. Portanto, o autor defende o igualitarismo em Smith como princípio normativo, usado para o julgamento moral. No entanto, isso não implica que Smith enxergava as pessoas como iguais em virtude ou inteligência, nem que deveriam ser igualmente ricas ou desfrutarem do mesmo *status* social ou político, nem mesmo que deveriam ser igualmente felizes. Pode parecer estranho que as pessoas deveriam ser consideradas iguais em valor, sendo desiguais em todos esses aspectos. Há dois tipos de desigualdade com as quais os igualitaristas normativos têm que lidar: as desigualdades quanto às características e qualidades pessoais; e as desigualdades quanto ao nível de renda (*ibidem*). Em relação ao primeiro tipo, Fleischacker busca interpretar uma famosa passagem de *A riqueza das nações*.

Na realidade, a diferença de talentos naturais em pessoas diferentes é muito menor do que pensamos; a grande diferença de habilidade que distingue entre si pessoas de diferentes profissões, quando chegam à maturidade, em muitos casos não é tanto a causa, mas antes o efeito da divisão do trabalho. A diferença entre as personalidades mais diferentes, entre um filósofo e um carregador comum da rua, por exemplo, parece não provir tanto da natureza, mas antes do hábito, do costume, da educação ou formação. (SMITH, 1983, v. I, p. 51)

Portanto, para Smith, a diferenças entre as habilidades das pessoas decorreria da experiência e do treino e não de causas inatas. Por isso, talvez ele tivesse um grande apego à educação na primeira infância. Desta maneira, todas as pessoas poderiam alcançar a virtude, assim como a inteligência. A afirmação de que apenas uma pequena parte da população seria realmente virtuosa estaria muito mais ligada às más condições sociais do que a aspectos intrínsecos de cada um. Já o segundo tipo de desigualdade – a diferente dotação de recursos entre as pessoas – poderia ser amenizada, uma vez que Smith minimiza a importância da desigualdade material. Para ele, a felicidade dependeria muito menos dos bens materiais e do *status* social do que as pessoas imaginam; a felicidade estaria na tranquilidade e na capacidade de se adaptar aos desafios da vida. Claro que isso não implica que uma condição econômica minimamente razoável não seja necessária. Por outro lado, Smith não foi contrário a uma maior igualdade política, econômica e social, inclusive na disputa entre os patrões e os trabalhadores. Ele considerava que o Estado deveria compensar a menor força desses (FLEISCHACKER, 2013).

Darwall (1999) afirma que apesar da dificuldade em integrar a obra de Smith, houve avanço na questão e que a reconciliação entre a ética e a economia smithiana levou a uma das mais interessantes considerações a respeito dessa obra: a formação de um diferente tipo de liberalismo, que ele chamou de “*sympathetic liberalism*”. Nesse a teoria moral de Smith estaria implícita na teoria econômica e, portanto, “a visão de Smith de igual dignidade dos indivíduos fornece grande parte da base moral para seu elogio ao livre mercado em *A riqueza nas nações*” (DARWALL, 1999, p. 145; tradução nossa)⁹. Assim as trocas de mercado ocorreriam entre pessoas livres que se veriam como iguais, cada uma na busca de seu próprio interesse, através de uma transação livre e mutualmente benéfica. Para o “liberalismo compassivo” de Smith, o mercado poderia, de alguma maneira, ajudar a desenvolver

⁹ “Smith’s view of the equal dignity of individuals provides much of the moral underpinning for his praise of free markets in *The Wealth of Nations*”.

o autocontrole nas pessoas. Há a tendência de valorizar mais os nossos próprios interesses, manifestando arrogância e amor-próprio, falhando assim em tomar consciência da real situação – que somos apenas mais um numa multidão¹⁰. No entanto, quando assumimos o ponto de vista do espectador imparcial, ainda de acordo com o pensamento de Adam Smith, passamos a ver nosso próprio interesse em igual valor ao interesse do outro, permitindo-nos conquistar o autocontrole e submeter nossa arrogância e amor-próprio.

Para Darwall, Smith acreditava que uma certa jurisprudência natural seria essencial para definir a dignidade das pessoas individuais, livres para comandar a si mesmas, dentro dos limites legais, fornecendo uma referência de conduta e de autogoverno que permitiria a todos participar das práticas e instituições coletivas. Assim, uma jurisprudência natural e o livre mercado ajudariam a disseminar a virtude pública e o autocontrole, promovendo a humildade, a prudência e a probidade – melhorando a qualidade moral da sociedade (DARWALL, 1999). Inclusive, esta conclusão estaria muito próxima da de Rosenberg (1990), que defende que a sociedade econômica seria, de alguma maneira, acumuladora de “capital moral”.

Como qualquer julgamento moral, para Smith, um julgamento de justiça deve ser ancorado em sentimento moral (TSM, p. 330). O que leva Smith à distintiva posição que eu chamei de “*sympathetic liberalism*” é a notável maneira na qual, de acordo com ele, o ponto de vista do indivíduo e a responsabilidade mútua entram nos sentimentos morais que o julgamento de justiça expressa [...]. (DARWALL, 1999, p. 164; tradução nossa)¹¹

¹⁰ Embora não seja objeto estrito do presente artigo, cabe alguma concisa e despretensiosa reflexão acerca dos desdobramentos do que é chamado amplamente de “doutrina liberal”. Houve a passagem do liberalismo clássico, no qual está o “liberalismo compassivo” de Adam Smith, com sua preocupação e abordagem moral da igualdade (ou desigualdade) entre os homens, para o liberalismo neoclássico. Esse possui um caráter mais ideológico, ainda que travestido de abordagem “técnica” e a-histórica, na qual a racionalidade substantiva dos agentes e o equilíbrio maximizador do livre mercado eliminam o problema da desigualdade. Por último, e não menos importante, houve o desdobramento para o neoliberalismo de nosso tempo, marcadamente ideológico, que procura condicionar todas as esferas da existência humana, proclamando a centralidade do indivíduo e a negação da ação coletiva.

¹¹ “Like any moral judgment, for Smith, a judgment of justice must be anchored in moral sentiment (TMS, p. 330). What leads Smith to the distinctive position I have called ‘*sympathetic liberalism*’ is the remarkable way in which, according to him, the individual’s point of view and mutual accountability enter into the moral sentiments that judgments of justice express [...]”.

Segundo Pearte Levy (2005), a economia política da tradição clássica pressupõe a homogeneidade humana e recusaria qualquer suposição hierárquica. Para esses autores, os clássicos, começando por Adam Smith, seriam caracterizados pelo “*analytical egalitarianism*”, que assume que todos seres humanos são igualmente capazes para desenvolver a linguagem e o comércio, e que todos seriam motivados pelos mesmos princípios, portanto, as diferenças observadas seriam causadas apenas por diferentes incentivos, experiência e sorte. Assim, o interesse de todos teria o mesmo valor e por isso suas preferências deveriam contar com o mesmo peso para o cálculo do bem-estar social. Entretanto, no período pós-clássico, uma outra linha teria ganhado força, o “*analytical hierarchicalism*”, que defende uma visão oposta, em que as pessoas são diferentes e que algumas são superiores as outras. Essa segunda teria sido expressa na ciência econômica por F. Y. Edgeworth, o qual considerava que, em um período pós-Darwin, era inapropriado ter uma norma social em que cada pessoa é contada com o mesmo peso para o cálculo do bem-estar social. Dever-se-ia levar em conta que a evolução teria dado a cada um uma diferente capacidade de apreciar e que, portanto, algumas preferências seriam mais qualificadas do que outras.

2.3. Os argumentos para o Smith não igualitarista

Na abordagem da reconstrução histórica há autores que não apoiam a defesa da tese da existência do igualitarismo em Smith. Chegam a concordar que há traços igualitaristas em Smith, porém, não acreditam que esses sejam fortes o bastante para caracterizá-lo como um igualitarista. Inclusive, alguns chegam a afirmar que há traços tanto igualitaristas como anti-igualitaristas no autor. Assim, fica reforçada a multiplicidade de interpretações que a corrente da reconstrução histórica possui.

Entre aqueles que negam a existência do igualitarismo em Smith, talvez a principal referência seja Raphael (2007). O principal alvo da sua crítica é Samuel Fleischacker, que ele inclusive destaca como um dos autores que foram mais cuidadosos quanto às diferentes edições da *Teoria dos sentimentos*

morais. Entretanto, para Raphael, a defesa da igualdade segundo a suposta igualdade de talentos ao nascer não se sustenta. Destaca, inclusive, que não há nada semelhante na *Teoria dos sentimentos morais*. Ele ainda afirma que se alguém lesse a obra per si, sem ter consciência dessa discussão, não a relacionaria com o igualitarismo.

Raphael (2007) analisa uma das passagens da *Teoria dos sentimentos morais* usada para indicar o igualitarismo em Smith, na qual estaria a ideia de que os pobres não são inferiores aos ricos, mesmo diante de desigualdades materiais na sociedade. Segue a referida passagem:

Quando a providência dividiu a terra entre os poucos orgulhosos senhores, não se esqueceu e tampouco abandonou os que pareciam ter ficado fora dessa partilha. Também estes usufruíram sua parte em tudo o que a terra produz. No que se refere à verdadeira felicidade da vida humana, não são em nada inferiores aos que pareciam estar tão acima deles. No conforto do corpo e na paz de espírito, todas as diferentes posições da vida estão quase no mesmo nível, e o mendigo que se aquece ao sol junto da estrada possui a segurança por que se abatem os reis (SMITH, 2019, p. 226).

Para Raphael (2007), essa passagem não trata de estrito igualitarismo – ela diz que todas as diferentes posições da vida estão quase no mesmo nível, mas “quase” não é o mesmo que estar no mesmo nível. Quanto à passagem da *A riqueza das nações* que indica não haver muitas diferenças entre um carregador de rua e um filósofo que decorram de causas inatas, mas que aquelas seriam resultado da diferença dos hábitos e de educação, Raphael argumenta que aí também não há propriamente um igualitarismo. Smith indubitavelmente pensa que as distinções sociais não necessariamente refletem algo inato, mas ele também não nega que haja diferenças entre os indivíduos que decorram da natureza de cada um.

Fleischacker não negligencia, mas tende a tornar menor, a natureza qualificada do igualitarismo de Smith. Ele descreve a sua própria visão atribuindo um “forte igualitarismo moral” para Smith e diz que “Smith parece ter sido comprometido com uma forte e notável versão da afirmação

de que as pessoas são essencialmente iguais em habilidades”. Eu duvido disso: a passagem sobre o filósofo e o carregador é a expressão mais forte da visão de Smith sobre o tópico, e ela não diz que as habilidades naturais dos dois são essencialmente iguais; ela diz que na infância eles foram “*talvez* muito *semelhantes*” e que os outros não poderiam perceber “nenhuma notável diferença.” (RAPHAEL, 2007, p. 123; tradução nossa)¹²

Note as palavras deixadas em *itálico* na passagem acima – elas são para Raphael as evidências de que Smith não estava querendo se referir a um tipo de igualitarismo estrito, apenas que haveria uma certa semelhança. Raphael (2007) destaca uma outra passagem similar que está no *Lectures on Jurisprudence*, que teria sido escrita entre os anos de 1762 e 1763: “*For the 5 or 6 first years of their lives there was hardly any apparent difference; their companions looked upon them as persons of pretty much the same stamp*” (SMITH *apud* RAPHAEL, 2007, p. 124). Assim como na passagem de *A riqueza das nações*, não há igualitarismo estrito – “*hardly any*” e “*pretty much the same stamp*”, apesar de indicarem uma proximidade, não são o mesmo que ser igual. Raphael ainda chama a atenção que Fleischacker defendeu que Smith teria se tornado mais radical no seu igualitarismo com o passar dos anos, o que segundo ele seria algo incomum, já que as pessoas tendem a se tornar mais moderadas com o avançar dos anos, inclusive porque Smith se mostrou menos radical na passagem de *A riqueza das nações* de 1776 do que na passagem da *Lectures on Jurisprudence* de 1762-1763.

Com relação ao ponto central da argumentação de Fleischacker, baseada no espectador imparcial e no julgamento moral, Raphael (2007) concorda que há um certo igualitarismo de Smith nesses casos. Mas Raphael não acredita que tal ponto, diante de toda amplitude da obra de Smith, possa ser o bastante para caracterizá-lo como um igualitarista.

¹² “Fleischacker does not overlook, but tends to belittle, the qualified character of Smith’s egalitarianism. He describes his own view as attributing a ‘strong moral egalitarianism’ to Smith and says that ‘Smith appears to have been committed to a remarkably strong version of the claim that people are essentially equal in abilities’. I doubt this: the passage about the philosopher and the porter is the strongest expression of Smith’s view on the topic, and it does not say that natural abilities of the two are essentially equal; it says that in their infancy they were ‘perhaps very much alike’, so that others could not perceive ‘any remarkable difference’”.

Há autores, como Stephen Darwall (1999, 2004, 2010), que reconhecem aspectos tanto igualitaristas como anti-igualitaristas em Smith.

Um número de escritores recentes, sendo Emma Rothschild a mais proeminente, mas também outros, incluindo Samuel Fleischacker, Charles Griswold e eu mesmo, temos destacado temas marcadamente igualitários nos escritos de Adam Smith. [...] Mas essa é apenas parte da história. Embora Smith tivesse uma detalhada avaliação dos conflitos entre uma ordem baseada na honra e uma outra no igual respeito entre os homens, ele, no entanto, foi atraído por certos aspectos da cultura da honra. No que segue, eu desejo explorar o que devemos chamar “*Smith’s ambivalence*” sobre a honra. Por um lado, Smith declara a disposição de admirar aqueles com posição e riqueza, “a maior e mais universal causa da corrupção dos nossos sentimentos”, [...] (TSM I. iii.3.1, p. 61). Por outro lado, há muitas passagens nas quais Smith elogia a preocupação com a hierarquia social e critica aqueles que estão alheios a ela e prontos a sofrer insultos a sua honra e a sua posição de “mesquinho” (TSM VI.iii.16, p. 244). (DARWALL, 2010, p. 107; tradução nossa)¹³

Darwall (2010) defende que é preciso entender que há dois “tipos de respeito” na visão de Smith. O primeiro tipo de respeito é aquele relacionado à atitude de admiração e estima devido à conduta ou caráter de uma pessoa; já o segundo tipo de respeito está relacionado à posição social ou mérito de uma pessoa. Darwall argumenta que nossa conduta em relação às outras pessoas deveria decorrer do primeiro tipo de respeito, mas que, às vezes, ela acaba sendo influenciada pelo segundo tipo. Considerando o pensamento de Smith e a existência de espectador imparcial, pode-se pensar que todas as pessoas deveriam ser tratadas como iguais, fugindo, portanto, dos dois

¹³ “A number of recent writers, most prominently Emma Rothschild, but also others, including Samuel Fleischacker, Charles Griswold and myself, have stressed strong egalitarian themes in Adam Smith’s writings. [...] But this is only part of the story. Although Smith had a detailed appreciation of the conflicts between an order of honour and one based on equal respect, he was nonetheless drawn to certain aspects of honour culture. In what follows, I wish to explore what we might call Smith’s ‘ambivalence’ about honour. On the one hand, Smith calls the disposition to admire those of rank and wealth ‘the great and most universal cause of the corruption of our moral sentiments’, [...] (TMS I.iii.3.1, p. 61). On the other, there are many passages in which Smith praises a concern with rank and criticizes those who are oblivious to it and prepared to suffer insults to their honour and station as ‘mean-spirited’ (TMS VI.iii.16, p. 244). [...]”.

tipos de respeito, porém, há, segundo o autor, a existência do segundo tipo de respeito na obra de Smith.

Apesar de Smith reconhecer que deveria existir uma autoridade que defendesse a igual dignidade das pessoas, baseada no espectador imparcial, e assim expressando um aspecto igualitarista, há em sua obra a defesa da presença de uma hierarquia social para manter a ordem na sociedade. Segundo Darwall, não é de se surpreender que Smith tenha tal ambivalência em suas considerações, inclusive, ele não é o único filósofo de período a apresentá-la – Kant, apesar de contribuir para uma série de questões que viriam a ajudar a fundar a modernidade, também apresenta em seu pensamento traços da “velha moral”. O contexto histórico em que viveram, a Europa do meio do século XVIII, era fundamentalmente hierarquizada e as questões políticas e sociais fundadas na igualdade só estavam começando a surgir. Assim, Darwall (2010), embora de reconheça traços tanto igualitaristas como não igualitaristas em Smith, acaba justificando esses últimos comofrutos do contexto histórico.

3. A abordagem da reconstrução racional ou a *whig history*

Na seção anterior, foram apresentadas as características da abordagem da reconstrução histórica, assim como a origem da questão e os argumentos a favor e contrários ao igualitarismo em Smith. Doravante serão apresentados os fundamentos da abordagem da reconstrução racional e o porquê da discussão sobre o igualitarismo em Smith não fazer parte do seu enfoque. Dar-se-á destaque para dois autores importantes de que defendem tal abordagem: Paul A. Samuelson (1987, 1988) e George J. Stigler (1969).

O artigo de Samuelson “*Out of the Closet: A Program for the Whig History of Economic Science*”, de 1987, é considerado um importante resumo da discussão que vinha ocorrendo desde 1971 e representa um ponto de virada para a história do pensamento econômico. Nele é defendido o uso da reconstrução racional ou *whig history* – termo cunhado pelo inglês Herbert Butterfield,

que propunha apresentar as ideias e teorias do passado como imperfeitas formas das ideias e teorias do presente. Na ciência econômica tal abordagem foi aceita, por muitos, como uma conquista favorável para a ciência e passou-se a acreditar que os economistas não têm nada a aprender com as controvérsias do passado (FREEMAN; CHICK & KAYATEKIN, 2014). De acordo com Samuelson (1987, p. 51), “*when I began graduate study a million years ago, history of thought was a dying industry*”. Assim, talvez se justifique porque a *whig history* é tomada, por alguns, como a teoria que não vê importância na história do pensamento econômico.

Porém, Samuelson não ficou sozinho em sua defesa, Stigler também foi um dos economistas do *mainstream* que defenderam a *whig history*. O argumento utilizado por ele é que apenas boas ideias sobrevivem ao negócio competitivo da publicação científica, só as melhores ideias seriam publicadas nos melhores periódicos e, portanto, apenas essas acabariam recebendo o maior prestígio e reconhecimento da academia. Dessa maneira, as más ideias seriam esquecidas no tempo e o “mercado de ideias” levaria, conforme o modelo de competição perfeita, à maior eficiência da ciência. No entanto, curiosamente, tanto Samuelson quanto Stigler dedicaram bastante tempo ao estudo da história do pensamento econômico, não obstante afirmarem que esse é um esforço demasiado custoso em termos do progresso científico, porque a história das ideias seria incapaz de fornecer algo para o progresso da ciência, inclusive os estudantes teriam outras disciplinas mais importantes para se preocupar na graduação (BOETTKE; COYNE & LEESON, 2014).

A *whig history* afirma que as teorias passadas devem ser reinterpretadas apenas como imperfeitas formas das teorias do presente, assim, o pensamento passado não teria nada a apresentar para a correção dos erros da ciência atual. Entretanto, o programa da abordagem da *whig history* consiste em mais do que uma simples rejeição dos métodos de estudo histórico, ela constitui um processo de revisão metodológica da própria produção científica. Para ela, as teorias econômicas do passado podem ser julgadas

pelo ponto de vista do pensamento econômico de hoje sem perda, porque a *whig history* não só teria reconstruído as ideias dos maiores economistas do passado na linguagem e nos conceitos de hoje, mas teria capturado muito da essência dessas, ainda melhor do que os seus próprios pensadores, os quais, muitas vezes, as tinham ainda de maneira confusa. Assim, deduz-se que nada pode ser ganho estudando as ideias passadas em sua forma original, nem se fazendo interpretações críticas desses textos, que poderiam levar a resultados diversos daqueles alcançados pela reconstrução racional (FREEMAN; CHICK & KAYATEKIN, 2014).

Stigler (1969) afirma que o estudo da história do pensamento econômico não é necessário para se entender o atual estado da ciência econômica. Assim, para o autor, a ideia de que as teorias do passado poderiam contribuir para o estado atual da ciência é vista como uma heresia para a literatura científica moderna, porque quanto mais madura uma ciência, a exemplo da matemática e da química, menos ela prestaria atenção ao seu passado. A ciência deveria apenas olhar para frente, enquanto olhar para o passado seria algo restrito às humanidades (BOETTKE; COYNE & LEESON, 2014). Portanto, de uma certa maneira, pode-se estabelecer uma relação entre a adoção da *whig history* pela ciência econômica como uma maneira de se firmar como ciência moderna e de se afastar da filosofia e dos estudos de humanas em geral, além de sublinhar um certo apelo ao “monismo da ciência”.

Stigler, assim como Samuelson, não nega que haja ganhos ao estudar a história do pensamento econômico. Segundo Stigler, “[...] *if a great book such as Smith's Wealth of Nations is read repeatedly, on even a fifth or tenth reading one continues to learn new things*” (1969, p. 218). No entanto, ele afirma que até mesmo muitos professores acabam não lendo os trabalhos clássicos bem, que é preciso uma prática específica para isso. Então, ele destaca duas coisas que são necessárias para uma boa leitura: conhecer o assunto, é preciso ser economista para ler o trabalho de outro economista; e saber manter um certo distanciamento do autor e de sua obra, para que não haja viés na interpretação. Isso porque, segundo ele, até mesmo o maior gênio é uma

mistura de verdade e de erro. Por isso é preciso ser cuidadoso, analisar cada sentença com calma e evitar cair em dois erros fatais que empobrecem a interpretação, o hipercriticismo e a adulação, que só levam à cegueira intelectual. Segundo ele, a finalidade da interpretação de um tratado científico é buscar a formulação da estrutura essencial do sistema analítico do autor e não ser generoso (adular) ou malicioso (criticar excessivamente) com ele, mas sim maximizar a probabilidade de que sua obra contribua para o progresso científico (STIGLER, 1969).

Cabe ressaltar que a *whig history*, sem dúvida, possui traços de caráter darwinista, já que, para essa abordagem, as ideias evoluem ao se tornarem mais aptas a explicar o objeto de estudo, assemelhando-se à teoria dos paradigmas científicos de Thomas Kuhn. O corpo da teoria e suas técnicas analíticas e empíricas, que são aceitos por um grupo dominante, são chamados de paradigma da ciência e fornecem um certo consenso necessário para uma comunidade de acadêmicos. Entretanto, de tempos em tempos vão aparecendo certas anomalias e contradições até chegar em um ponto no qual a ciência entra em crise. Então, os cientistas começam, cada vez mais, a buscar soluções para essas anomalias e com isso começa a surgir uma série de soluções que acaba não entrando em acordo com o paradigma em crise. Com isso, um novo paradigma começa a surgir, formado por uma reconstrução do campo, através da mudança de seus fundamentos – base axiomática e/ou metodologia. Por isso, a mudança entre paradigmas vem por conquista e não por assimilação, a nova teoria vai explicar alguns fenômenos de maneira diferente da antiga e, portanto, essas serão logicamente incompatíveis entre si (STIGLER, 1969).

Portanto, o que havia de útil no antigo paradigma acaba sendo assimilado pelo mais novo e assim não faz sentido voltar a estudar o antigo, o que explicaria “a teoria mais recente ser superior à anterior”. Logo, parece não fazer sentido querer reinterpretar Adam Smith, pois sua teoria já teria sido incorporada à atual. Quando se olha para questão do igualitarismo surgem ainda mais problemas, já que os autores que participam de tal discussão

buscam interpretar a obra de Smith como um todo, levando em conta temas que estão fora da ciência econômica, algo que não seria recomendável pela *whig history*, já que se precisaria de alguém formado em todas essas áreas para poder realizar de maneira consistente tal análise. Portanto, o máximo que um economista poderia fazer seria analisar *A riqueza das nações*. Voltando-se ao ponto anterior, o que as teorias passadas possuiriam de útil já teria sido incorporado ao paradigma atual. Assim, coerentes com seu reducionismo, parece não restar nada quanto à discussão sobre o igualitarismo em Smith para aqueles que adotam a reconstrução racional.

4. Conclusões

É inegável que a reconstrução histórica e suas novas considerações sobre Adam Smith trouxeram algo novo e interessante para a literatura econômica. Também não se pode negar que suas pretensões podem ter sido demasiadamente ousadas, que a real possibilidade de recuperar as intenções do autor ao reler (ou até mesmo recriar) a obra, por meio de formas externas à própria leitura do texto, deve ser tomada com precaução. Entretanto, asdiversas interpretações da totalidade da obra smithiana, assim como a utilização do seu contexto histórico para tanto, parecem ter trazido relevantes contribuições. Claro que não se pode ignorar que, para realizar uma boa interpretação, é preciso ter certo conhecimento do assunto, e que a ciência econômica evoluiu ao longo do tempo e que há uma tendência de que o que foi feito de útil em seu passado já tenha sido incorporado ao paradigma atual. Por outro lado, a realidade pode se mostrar demasiadamente complexa e tal suposição um tanto quanto simplista, logo, não seria surpresa se a história do pensamento econômico estivesse cheia de descobertas interessantes de ideias que foram esquecidas ao longo do tempo. Aliás, como o próprio Stigler salientou, os textos clássicos são demasiadamente ricos e complexos – mesmo lendo-os várias vezes, ainda se pode encontrar algo de novo. A ciência econômica não seria uma ciência tão madura assim como alguns gostariam.

Ao que tudo indica, parece que aqueles que adotam a reconstrução racional acabam pecando pelo erro do reducionismo ao ignorar fatores históricos e possíveis outras áreas do conhecimento. Já a reconstrução histórica parece cometer o erro inverso, o de buscar aquilo que estaria muito além da sua capacidade. Logo, não se deve inferir que “o jogo acabou empatado”, mas sim que não parece haver um método que não possa ser objeto de crítica e de desafio por outro método. A reconstrução histórica desafia a reconstrução racional a sair do seu reducionismo e a reconstrução racional desafia a reconstrução histórica a refletir sobre seus exageros.

Tomando-se a totalidade da obra de Smith, pôde-se perceber que ao longo da história sua imagem não esteve sempre atrelada ao liberalismo e ao conservadorismo. Em alguns momentos, Smith foi considerado um pensador próximo aos filósofos da Revolução Francesa, e sua teoria econômica nem sempre foi considerada a sério. Houve um esforço posterior à morte de Smith para separá-lo dessas duas últimas condições. Isso poderia, de fato, ter afastado a imagem de Smith de qualquer possível inclinação igualitarista, o que não aconteceu, em parte, graças à retomada da discussão em torno da existência de igualitarismo na obra smithiana pelo movimento de releitura iniciado nos anos 1970 e mais recentemente marcado pela contribuição seminal de Rothschild (1992).

Analisando-se os argumentos a favor e contra a existência de um Smith igualitarista, a questão torna-se mais clara. Um dos pontos centrais da defesa do Smith igualitarista está relacionado ao espectador imparcial e na consideração de que todos os seres humanos são iguais, pelo menos em princípio, para o julgamento moral. Nesse ponto, parece haver argumentos mais sólidos dos autores que defendem o Smith igualitarista. Mais problemáticos seriam outros pontos, como aqueles que colocariam Smith como questionador da desigualdade de habilidades das pessoas e da desigualdade de renda e *status* social. No primeiro caso, Smith não defende um igualitarismo estrito, mas apenas a ideia de que na infância as pessoas possuiriam habilidades muito próximas. Com relação ao segundo caso, Smith argumentava que as

peças tendem a levar a riqueza e o status como muito mais importantes do que de fato são para a felicidade. Considerar a diferença de renda como pouco importante não significa questionar sua existência. Além disso, Smith considera a hierarquia como algo relevante para a manutenção da estabilidade social.

Há ainda um ponto que não podemos deixar de lado: a ideia de que Adam Smith é um autor tão importante que teria antecipado pontos presentes em diversos autores contemporâneos de correntes diversas. Isso permitiria que ocorressem interpretações da obra smithiana de diferentes óticas do pensamento econômico, inclusive de uma inclinação mais radical (progressista), já que Smith defende, em alguns trechos de sua obra, que no estágio da sociedade comercial o Estado teria que realizar algumas funções dentro da sociedade – entre essas, oferecer uma educação básica para todos os cidadãos. Além disso, Smith reconheceu que havia falhas de mercado e desequilíbrio de forças na negociação entre trabalhadores e patrões, e que o governo deveria intervir para corrigi-las.

É inegável que há traços igualitaristas em Adam Smith, tanto quanto ao julgamento moral, quanto ao seu reconhecimento da existência de falhas de mercado e no aconselhamento para o Estado promover práticas que as corrijam, que, de certa forma, podem promover maior igualdade entre os agentes econômicos. Mas é inegável que houve certo exagero quanto a alguns aspectos tomados por autores que defendem um Smith igualitarista. De fato, há traços igualitaristas em Smith, mas esse não parece justificar a afirmação de Adam Smith ser igualitarista, pelo menos não o tipo de igualitarista que estamos acostumados a considerar, aquele mais próximo da tradição marxista que defende que deveria ocorrer uma igual distribuição da riqueza entre as pessoas. Mas se considerarmos que existem diferentes tipos de igualitarismo, Smith poderia sim ser considerado uma espécie de igualitarista normativo, principalmente devido ao julgamento moral. É essa dimensão moral do liberalismo do autor que franqueia o igualitarismo em seu pensamento.

Referências

- BLAUG, Mark. "On the Historiography of Economics", *Journal of the History of Economic Thought*, v. 12, n. 1, pp. 27-37, 1990.
- BROWN, Vivienne. *Reading Adam Smith Discourse: Canonicity, Commerce and Conscience*. London: Routledge, 1994.
- _____. "Mere Inventions of the Imagination: A Survey of Recent Literature on Adam Smith", *Economic and Philosophy*, v. 13, pp. 281-312, 1997.
- _____. "Textuality and the History of Economics: Intention and Meaning". In: SAMUELS, W. J.; BIDDLE, J. E. & DAVIS, J. B. (org.). *A Companion to the History of Economic Thought*. Blackwell Publishing, 2003.
- BOETTKE, Peter J.; COYNE, Christopher J. & LEESON, Peter T. "Earw(h)ig: I can't hear you because your ideas are old", *Cambridge Journal of Economics*, n. 3, v. 38, pp. 531-544, 2014.
- CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.
- CERQUEIRA, Hugo. "Para ler Adam Smith: novas abordagens", *Revista de Filosofia*, n. 103, v.32, pp. 181-202, 2005.
- DARWALL, Stephen. "Sympathetic Liberalism", *Philosophy & Public Affairs*, n. 2, v.28, pp. 139-164, 1999.
- _____. "Equal Dignity in Adam Smith". In: BROWN, Vivienne (ed.). *Adam Smith Review*. London, New York: Routledge, 2004.
- _____. "Smith Ambivalence About Honour". In: BROWN, V. & FLEISCHACKER, S. (org.) *The Philosophy of Adam Smith*. London: Routledge, 2010.
- FLEISCHACKER, Samuel. "Adam Smith on Equality". In: BERRY, J. (org.). *The Oxford Handbook of Adam Smith*. Great Britain: Oxford University Press, 2013.
- FREEMAN, Alan; CHICK, Victoria & KEVATEKIN, Serap. "Samuelson's Ghosts: Whig History and the Reinterpretation of Economic Theory", *Cambridge Journal of Economics*, n. 3, v. 38, pp. 519-529, 2014.
- MARCHEVSKY, Julia Fleider. "A teoria dos quatro estágios em Adam Smith". In: *Anais do Congresso Brasileiro de História Econômica*, 12. Niterói: UFF, ABPHE, 2017.
- MCLEAN, Iain. *Adam Smith, Radical and Egalitarian: An Interpretation for the Twenty-First Century*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2006.
- MILGATE, Murray & STIMSON, Shannon C. "The figure of Smith: Dugald Stewart and the propagation of Smithian economics", *The European Journal of The History Economic Thought*, n. 3, v. 3, pp. 225-252, 1996.
- PEART, Sandra J. & LEVY, David M. *The "vanity of the philosopher": From Equality to Hierarchy in Postclassical Economists*. University of Michigan Press, 2005.
- RAPHAEL, D. D. *The Impartial Spectator: Adam Smith's Moral Philosophy*. Oxford: Clarendon Press, 2007.
- RASHID, Salim. "Adam Smith's rise to fame: a reexamination of the evidence", *The Eighteenth Century*, n. 1, v. 23, pp. 64-85, 1982.
- RECKTENWALD, Horst Claus. "'An Adam Smith renaissance anno 1976?' The bicentenary output – a reappraisal of his scholarship", *Journal of Economic Literature*, v. XVI, pp. 56-83, 1978.
- ROSENBERG, Nathan. "Adam Smith and the stock of moral capital", *History of Political Economy*, n. 1, v. 22, pp. 1-18, 1990.
- ROTHSCHILD, Emma. "Adam Smith and conservative economics", *Economic History Review*, n. 1, v. 45, pp. 74-96, 1992.

SAMUELSON, Paul A. "Out of the Closet: A Program for the Whig History of Economic Science: Keynote Address at History of Economics Society Boston Meeting", *History of Economics Society Bulletin*, n. 1, v. 9, pp. 51-60, 1987.

_____. "Keeping Whig History Honest", *History of Economics Society Bulletin*, n. 2, v. 10, pp. 161-167, 1988.

SMITH, Adam. *A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

_____. *Teoria dos sentimentos morais*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2019.

STEWART, Dugald. *The Collected Works of Dugald Stewart*. Edinburgh: T. Constable and Co., v. X, 1857. Disponível em: <https://archive.org/details/collectedworks10stewuoft/page/n17/mode/2up>. Acesso em: 18/05/2020.

STIGLER, George J. "Does Economics Have a Useful Past?", *History of Political Economy*, n. 2, v. 1, pp. 217-230, 1969.

TEICHGRAEBER III, Richard. "Rethinking Das Adam Smith Problem", *Journal of British Studies*, n. 2, v. 20, pp. 106-123, 1981.

_____. "'Less Abused than I Had Reason to Expect': The Reception of The Wealth of Nations in Britain", *The Historical Journal*, n. 2, v. 30, pp. 337-366, 1987.